



Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2026, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE JAGUARIBARA** e o **Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN**, para gestão do **Centro de Especialidades Odontológicas CEO/REGIONAL de Limoeiro do Norte - Dr. João Eduardo Neto**, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE JAGUARIBARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 07.442.981/0001-76, com sede estabelecida na Rua Bezerra de Meneses, nº 350, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JOSÉ NUNES DOS SANTOS FILHO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE – CPSMLN**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 13.328.683/0001-52, com sede na Rua Napoleão Nunes Maia, S/N, Bairro José Simões, Limoeiro do Norte-CE, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **ANTONIO JOAQUIM GONÇALVES DE OLIVEIRA**, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2026** para gestão do Centro de Especialidades Odontológicas CEO/REGIONAL de Limoeiro do Norte - Dr. João Eduardo Neto, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na Sub-Cláusula Quinta da Cláusula Quarta do Contrato de Rateio nº 01/2026, bem como no art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto Federal nº 6.017/2007 e na Lei Federal nº 14.133/2021, além das demais normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto **acrescentar ao valor ajustado no CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2026 o montante global de R\$ 8.771,90 (oito mil, setecentos e setenta e um reais e noventa centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor global de **R\$ 8.771,90** será pago em **10 (dez) parcelas mensais e sucessivas**, no valor de **R\$ 877,19 (oitocentos e setenta e sete reais e dezenove centavos)** cada, com início em março de 2026 e término em dezembro de 2026.

Parágrafo Primeiro – As parcelas deverão ser creditadas até o dia 20 de cada mês, mediante depósito na conta bancária do CONTRATADO, podendo ser operacionalizada a retenção junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ/CE), nos termos já autorizados no Contrato de Rateio.

Parágrafo Segundo – Permanecem válidas e ratificadas as autorizações de retenção junto ao ICMS do Município, conforme disposto na Cláusula Quarta e suas sub-cláusulas do Contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

